



CADERNO DE ENCARGOS

“Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza Urbana do Município de Caminha”



Índice

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS	4
Artigo 1.º Objeto	4
Artigo 2º - Local de entrega dos bens/prestação dos serviços	4
Artigo 3.º - Prazo de entrega dos bens/prestação dos serviços	4
Artigo 3-A - Fundamentação do prazo de vigência do contrato	4
Artigo 4.º - Faturação e condições de pagamento	5
Artigo 5.º - Revisão de preços	6
Artigo 6.º - Sigilo	7
Artigo 7.º - Serviços de verificação	7
Artigo 8.º - Cedência da posição contratual	8
Artigo 9.º - Penalidades	8
Artigo 10.º - Casos fortuitos ou de força maior	8
Artigo 11.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações	9
Artigo 12.º - Garantia	9
Artigo 13.º - Rescisão do contrato	10
Artigo 14.º - Renovação do contrato	10
Artigo 15.º - Outros encargos	10
Artigo 16.º - Foro competente	10
Artigo 17.º - Prevalência	10
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS	11
Artigo 18.º - Definições	11
Artigo 19.º - Serviços excluídos	12
Artigo 20º - Obrigações do adjudicatário	12
Artigo 21.º - Recolha e transporte dos resíduos urbanos (RU)	13
Artigo 22.º - Recolha de Bioressíduos	15



Artigo 23.º - Recolha de Resíduos Volumosos, Montureiras e RCD.....	16
Artigo 25.º - Fornecimento de contentores	18
Artigo 26.º - Manutenção e lavagem de contentores	18
Artigo 27.º - Limpeza urbana	20
Artigo 28.º - Corte e remoção da vegetação EN13	23
Artigo 29.º - Limpeza manual e mecânica de praias.....	23
Artigo 30.º - Programa de trabalhos	24
Artigo 31.º - Atualização dos preços unitários.....	25
Artigo 32.º - Pessoal.....	25
Artigo 33.º - Equipamentos e veículos.....	26
Artigo 34.º - Relatórios	27
Artigo 35.º - Informação e sensibilização da população	27
Artigo 36.º - Sanções.....	28
ANEXO VI - Eventos.....	29
ANEXO VII – Estabelecimentos produtores de Biorresíduos (orgânicos)	30
ANEXO VIII – Características dos contentores a fornecer	31
ANEXO IX – Resíduos Volumosos/ Resíduos Verdes/ RCD	34
ANEXO X - Mapas e Plantas disponibilizados.....	35

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1.º Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas especiais descritas na parte II deste caderno de encargos, no fornecimento anual do seguinte:

- i.Recolha e transporte de resíduos urbanos;
- ii.Limpeza e recolha de montureiras e recolha de resíduos de grandes dimensões;
- iii.Fornecimento de contentores de 90 l, 120 l, 800 l e de 1.000 l / 1.100 l;
- iv.Lavagem, desinfeção e manutenção de contentores;
- v.Limpeza manual e mecânica de praias;
- vi.Limpeza urbana;
- vii.Recolha porta a porta de biorresíduos em estabelecimentos escolares, IPSS's, estabelecimentos de restauração e hotelaria, frutarias e mercados;
- viii.Recolha seletiva de Resíduos Verdes;
- ix.Campanhas de educação e sensibilização da população.

Artigo 2º - Local de entrega dos bens/prestação dos serviços

Os bens/serviços objeto do contrato serão entregues/prestados no concelho de Caminha.

Artigo 3.º - Prazo de entrega dos bens/prestação dos serviços

1. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de quatro anos, não prorrogável, a contar da data da assinatura do contrato.
2. O fornecimento será executado de acordo com os trabalhos definidos no artigo 1.º e em termos a definir pela Presidência da Câmara ou Vereador com competências delegadas.

Artigo 3-A - Fundamentação do prazo de vigência do contrato

1. Ao abrigo do disposto no artigo 48º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e nos termos previstos no artigo 440.º, n.º1,

por remissão do artigo 451.º ambos do mesmo diploma legal, considera-se que o prazo previsto no número 1 da cláusula anterior é o mais ajustado à natureza e especificidade do serviço, tendo em consideração a natureza das prestações objeto do contrato, da necessidade de garantia de continuidade exigida pela natureza pública e pelo âmbito dos serviços em causa, bem como na necessidade de garantia de maior eficiência e rentabilidade na afetação dos meios e recursos associados, objetivos que só poderão ser alcançados por via de uma relação contratual estável e duradoura.

2. Assim, considerando a complexidade técnica inerente ao regime de recolha e gestão de resíduos urbanos, contratar com o mesmo operador económico por um período mais alargado, permite uma prestação de serviços maximizada, traduzindo-se num menor preço a pagar, mais atrativo, com impacto na despesa pública associada ao contrato.

Artigo 4.º - Faturação e condições de pagamento

1. As faturas mensais incluirão as várias parcelas dos serviços:
 - a) Nos trabalhos de recolha e transporte dos resíduos urbanos, a retribuição terá por base as toneladas de resíduos transportados no mês a que se reporta a fatura pesados em báscula existente no destino final;
 - b) Nos trabalhos de recolha porta-a-porta e transporte de biorresíduos, a retribuição terá por base as toneladas de resíduos transportados no mês a que se reporta a fatura pesados em báscula existente no destino final;
 - c) Nos trabalhos de recolha seletiva e transporte de Resíduos Verdes, a retribuição terá por base as toneladas de resíduos transportados no mês a que se reporta a fatura pesados em báscula existente no destino final;
 - d) Nos trabalhos de limpeza de resíduos volumosos, montureiras e recolha de monstros, Verdes e RCD's a retribuição terá por base os dias de serviço executado no mês;
 - e) No fornecimento de contentores, a retribuição terá por base o número de contentores instalados no mês;
 - f) Nos trabalhos de manutenção e lavagem de contentores, a retribuição terá por base o número de contentores conservados/lavados no mês;
 - g) Nos trabalhos de limpeza urbana, a retribuição terá por base os quilómetros de arruamento limpos no mês, medidos segundo o eixo do arruamento;

- h) Nos trabalhos de limpeza de fundo em praias, a retribuição será por intervenção efetuada no mês.
 - i) Nos trabalhos de limpeza de manutenção em praias a retribuição será por mês de serviço prestado.
 - j) Nos trabalhos de sensibilização, formação e informação a retribuição será por conjunto anual de serviço prestado.
- 2. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas até ao quinto dia útil de cada mês, as quais se vencerão decorridos trinta dias após a sua apresentação.
 - 3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 60 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
 - 4. A faturação deverá ser emitida em suporte eletrónico, tal como estipulado nos Decreto-lei nº 123/2018, de 28 de dezembro, DL 66-A/2022, de 30 de setembro, em linha com o estipulado no artigo 299.º - B do CCP.
 - 5. Nenhum pagamento poderá ser efetuado antes do contrato ser visado pelo Tribunal de Contas.

Artigo 5.º - Revisão de preços

- 1. A revisão de preços a praticar como consequência da alteração dos custos de mão-de-obra e materiais, será realizada anualmente- de acordo com estabelecido no artigo 300.º do CCP e pelo Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de janeiro, tendo em conta a alteração de redação que lhe foi dada pelo Decreto- Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto - e com a seguinte fórmula:

$$Ct = 0.55 \times S / S^{\circ} + 0.15 \times Ga / Ga^{\circ} + 0.30 \times Ip / Ip^{\circ}$$

Os conceitos utilizados na fórmula atrás descrita, são os seguintes:

S - Índice de mão de obra em janeiro do ano de Revisão;

Sº - Índice de mão de obra no mês da data de abertura das propostas;

Ga - Índice do gasóleo em janeiro do ano de Revisão;

Gaº- Índice do gasóleo no mês da data de abertura das propostas;

Ip - Índice de preços ao consumidor em janeiro do ano de Revisão;

Ip^e - Índice de preços ao consumidor no mês da data de abertura das propostas

Artigo 6.º - Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 7.º - Serviços de verificação

1. A adequação do resultado final do fornecimento dos bens/serviços efetuado face aos requisitos estabelecidos compete aos serviços de verificação da Câmara Municipal de Caminha, cujas funções são exercidas por trabalhadores indigitados pela presidência ou vereador com competências delegadas.
2. Os serviços de verificação serão efetuados sempre que a presidência ou o vereador com competências delegadas assim o entenderem e os trabalhadores, no exercício destas funções disporão de livre acesso a todas as infraestruturas e equipamentos afetos à prestação de serviços e a todas as instalações do adjudicatário.
3. Se dos serviços de verificação efetuados não resultarem os resultados estabelecidos, por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode:
 - a) Exigir a substituição dos bens/realização de serviços necessários à conclusão dos trabalhos, de imediato;
 - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.
4. O adjudicatário obriga-se, sob reserva de aceitação da presidência da Câmara ou vereador com competências delegadas, a confiar a direção técnica, para os fornecimentos decorrentes do contrato, em técnico devidamente habilitado para o efeito.
5. Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do diretor técnico, indicando a sua qualificação e ainda se o mesmo pertence ao seu quadro de pessoal.
6. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos da execução do fornecimento de bens/prestação de serviços poderão ser dirigidos diretamente ao diretor técnico, devendo este acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente nos locais de realização da prestação de serviços sempre que para tal seja convocado.

Artigo 8.º - Cedência da posição contratual

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

Artigo 9.º - Penalidades

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, por cada dia de atraso, correspondente a 50% do valor do respetivo serviço.

Artigo 10.º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 11.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total da sua proposta, com exclusão do IVA.
2. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.
3. No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o n.º1.
4. A demora na liberação da caução confere ao adjudicatário o direito de exigir à entidade adjudicante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 12.º - Garantia

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os bens/serviços fornecidos, pelo prazo indicado na sua proposta.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data de fornecimento dos bens/serviços.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.

4. Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos pagamentos devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Artigo 13.º - Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega dos bens/prestação dos serviços ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 3 dias seguidos.

Artigo 14.º - Renovação do contrato

O contrato não é suscetível de renovação.

Artigo 15.º - Outros encargos

Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e do visto do Tribunal de Contas são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 16.º - Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo, Juízo de Competência Genérica de Caminha.

Artigo 17.º - Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, o programa de procedimento, os anexos, o anúncio e a proposta do adjudicatário.

2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos, o programa de procedimento, o anúncio e os anexos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 18.º - Definições

O Regime Geral de Gestão de Resíduos encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro. Este diploma aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852. A 21 de janeiro de 2021 foi publicada a Declaração de Retificação n.º 3/2021 ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020. A Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto procede à alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020.

Definições:

1. «Biorresíduos», os resíduos biodegradáveis de jardins e parques, os resíduos alimentares e de cozinha das habitações, dos escritórios, dos restaurantes, dos grossistas, das cantinas, das unidades de catering e retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos;
2. «Resíduo urbano», o resíduo:
 - i) De recolha indiferenciada e de recolha seletiva das habitações, incluindo papel e cartão, vidro, metais, plásticos, biorresíduos, madeira, têxteis, embalagens, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, resíduos de pilhas e acumuladores, bem como resíduos volumosos, incluindo colchões e mobiliário; e
 - ii) De recolha indiferenciada e de recolha seletiva provenientes de outras origens, caso sejam semelhantes aos resíduos das habitações na sua natureza e composição;«Resíduos», quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer;
3. «Resíduos alimentares», todos os géneros alimentícios na aceção do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que se tornaram resíduos;
4. «Resíduos de construção e demolição», o resíduo proveniente de atividades de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição e da derrocada de edificações;

5. «Resíduo perigoso», o resíduo que apresenta uma ou mais características de perigosidade constantes do Regulamento (UE) n.º 1357/2014, da Comissão, de 18 de dezembro de 2014;
6. «Resíduo do comércio, serviços e restauração», o resíduo resultante das atividades de comércio, serviços e restauração;

Artigo 19.º - Serviços excluídos

- 1) Estão excluídos do âmbito do presente concurso:
 - a) A recolha de produtos de entulho, terras, escombros e RCD que não os estipulados no art.º23.º ;
 - b) A recolha de carácter meramente industrial;
 - c) A recolha de resíduos de carácter perigoso;

Artigo 20º - Obrigações do adjudicatário

- 1) O Adjudicatário será obrigado a cumprir integralmente as suas obrigações contratuais nomeadamente:
 - a) É responsável pela gestão de todos os serviços, para que o funcionamento seja o mais adequado.
 - b) O Adjudicatário assumirá todos os gastos que a prestação de serviços origine.
 - c) O Adjudicatário assumirá total responsabilidade, civil e criminal decorrente dos danos causados a terceiros ou à Entidade Adjudicante na execução da prestação de serviços.
 - d) O Adjudicatário assumirá toda a responsabilidade, civil e criminal emergente de todos os atos praticados pelo seu pessoal e dos resultantes da utilização do equipamento.
 - e) O Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante, no prazo de 8 dias úteis após final de cada mês, um relatório da atividade desenvolvida e das quantidades de resíduos recolhidas por circuito.
 - f) O abastecimento de água a utilizar na lavagem de equipamentos, será da responsabilidade do Adjudicatário, assim como o seu custo.
 - g) A descarga das águas residuais provenientes das operações de lavagem será efetuada nas ETAR's de Vilarelho e Gelfa, no concelho de Caminha. Todos os custos inerentes às descargas serão da responsabilidade do adjudicatário.

- h) O enchimento dos equipamentos deverá ser o mais adequado e em circunstância alguma poderá ultrapassar a sua capacidade nominal.
- i) Sempre que o equipamento a recolher/lavar apresente quaisquer danos que comprometam a sua funcionalidade ou estética, o adjudicatário terá que substituir, por novos equipamentos com idênticas características e especificações técnicas, desde que não sejam passíveis de reparação, mediante previa autorização da entidade adjudicante.
- j) Os contentores e componentes deteriorados e não passíveis de reparação, terão de ser entregues ao adjudicante em local a definir.
- k) Sempre que o adjudicatário detete, em terrenos públicos / privados, alguma situação anómala, como seja uma descarga ilegal e clandestina, deverá comunicar a situação de imediato às autoridades competentes, nomeadamente à: Guarda Nacional Republicana – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) e à Câmara Municipal de Caminha.
- l) São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal empregue na prestação de serviço, nomeadamente as relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho, à sua aptidão profissional e disciplina obrigando-se a retirar, sempre que lhe seja ordenado, o pessoal que haja desrespeitado os trabalhadores da Câmara Municipal, ou municípios.
- m) Compete ao adjudicatário disponibilizar à entidade adjudicante, portal WEB com geoinformação (acessível por PC e APP compatível com android e IOS), que permita esta monitorizar em direto todo o serviço prestado pelo adjudicatário, circuitos, locais de recolha de contentores, horários, quantidades recolhidas.

Artigo 21.º - Recolha e transporte dos resíduos urbanos (RU)

1. A prestação de serviços de recolha e transporte a destino final dos RU será feita, através dos contentores existentes no concelho de Caminha, devendo o adjudicatário apresentar um estudo pormenorizado no qual sejam esquematizados de forma clara os circuitos, horários, itinerários, meios humanos e materiais.
2. As frequências, os horários e itinerários de recolha e transporte dos RU a destino final, bem como eventuais alterações, deverão ser propostas pelo adjudicatário, as quais deverão ser submetidas à aprovação da chefia da respetiva divisão municipal ou equiparada.
3. A recolha dos RU processa-se todos os dias da Semana, incluindo o Domingo e Feriados.

4. O adjudicatário deverá garantir a boa execução dos trabalhos, contribuindo para a manutenção das boas condições de higiene e limpeza das vias públicas.
5. Os resíduos que eventualmente se tenham derramado na via pública durante as operações de recolha deverão ser devidamente varridos e limpos com vassouras, pás e outras ferramentas apropriadas que deverão acompanhar as viaturas.
6. As viaturas de recolha deverão ser veículos especiais de carga, em bom estado de funcionamento, preferencialmente novas, utilização e apresentação e adequados ao fim a que se destinam.
7. As viaturas de recolha devem manter-se em bom estado de conservação, com bom aspeto e isentas de maus cheiros, devendo ser sujeita a assistência mecânica adequada, devidamente lavadas e desinfetadas após cada dia de utilização.
8. Não será permitida a transferência de resíduos de um veículo para outro. Esta operação em caso de absoluta necessidade, só poderá ocorrer em locais autorizados pela Entidade Adjudicante, e proceder-se-á de forma a que não ocorram derrames e cheiros desagradáveis.
9. Os veículos de serviço estacionarão de forma a não obstruírem o trânsito local e respeitarem as regras de trânsito.
10. As equipas de recolha de RU deverão apresentar-se ao trabalho com vestuário adequado, respeitando as medidas de segurança e higiene no trabalho.
11. A recolha de resíduos de mercados, feiras, cemitérios, e zonas de lazer na área da Prestação de Serviços é da responsabilidade do Adjudicatário ficando este, responsável pela recolha e transporte dos resíduos provenientes destas infraestruturas, ao serviço da população, nas seguintes condições:
 - a) A recolha será efetuada de acordo com as necessidades daquelas infraestruturas, devendo o adjudicatário manter, substituir, retirar e/ou adicionar os contentores existentes ou que venham a ser necessários para o correto funcionamento das mesmas.
 - b) O horário de recolha será fixado pela Câmara Municipal de Caminha de acordo com o horário de funcionamento daquelas infraestruturas e das suas necessidades.
12. No período de realização de eventos, devem ser instalados pelo adjudicatário equipamentos de deposição coletiva, de forma a garantir a satisfação integral das necessidades resultantes do aumento temporário da produção de resíduos e ser reforçada a recolha dos contentores. Os eventos e quantidades estão listados no **ANEXO VI**.
13. O adjudicatário obriga-se a transportar os RU a destino final para o local a indicar pela entidade adjudicante, devendo considerar-se para efeitos do presente concurso que o destino final dos RU

é o atual aterro sanitário da VALORMINHO, localizado no lugar do Arraial, S. Pedro da Torre, Concelho de Valença.

14. O adjudicatário obriga-se a transportar os RU, ainda que o local de destino final se altere, havendo lugar a ajustamento dos preços quando o novo aterro se situar fora da área geográfica do Distrito de Viana do Castelo. Neste caso, o valor adicional a pagar ao adjudicatário pela alteração do destino final dos resíduos será determinado pelos quilómetros acrescidos ao percurso, tendo como referência o local de destino final indicado neste caderno de encargos e o novo local. O preço a pagar será definido por acordo entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, e calculado com base em preços de mercado, bem como nas distâncias e no percurso necessário realizar até ao novo destino final.
15. As viaturas de recolha devem fazer o percurso com as comportas devidamente fechadas, de forma a evitar o derrame de sólidos ou líquidos na via pública.
16. Depois das viaturas entrarem no local de destino final dos RU, os seus condutores deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para funcionamento e exploração, e cumprir as indicações de serviço que forem transmitidas pelos responsáveis do local de destino final.
17. Todos os veículos têm de estar equipados com Sistema de Localização Geográfica, de modo a poderem ser acompanhados em direto pela entidade adjudicante com a indicação do peso dos resíduos transportados.

Artigo 22.º - Recolha de Bioressíduos

1. Recolha seletiva de Bioressíduos verdes:
 - a) A prestação de serviços de recolha selectiva e transporte a destino final dos biorresíduos verdes será realizada na área do concelho de Caminha identificada na planta “17. BIO (Biorresíduos)”, através de contentores normalizados de 1100l, colocados na via pública em locais a definir pela entidade adjudicante, incluindo todos os cemitérios do concelho (21 un) e mínimo de três pontos de recolha por freguesia (20 aglomerados), devendo o adjudicatário apresentar um estudo pormenorizado no qual sejam esquematizados, de forma clara, os locais, os circuitos de recolha, horários, itinerários, meios humanos e materiais.
 - b) No início do ano civil o adjudicatário deverá entregar para aprovação à entidade adjudicante o Plano de recolha seletiva transporte a destino final de Biorresíduos verdes (incluindo periodicidade, horários e circuitos);

- c) A entidade adjudicante reserva-se o direito de definir anualmente novos pontos de recolha de Biorresíduos, informando o Adjudicatário a identificação dos novos pontos de recolha.
2. Recolha porta a porta de Bioressíduos alimentares:
- a) A recolha será efectuada porta a porta, no concelho de Caminha, nos locais referenciados planta “17. BIO (Biorresíduos)”, salvaguardando que estes locais variam de acordo com a actividade económica do mercado, podendo variar a quantidade, a geolocalização e o produtor.
- b) No início do ano civil o adjudicatário deverá entregar para aprovação à entidade adjudicante o Plano de recolha seletiva transporte a destino final de Biorresíduos alimentares (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
- c) No Anexo VII do presente Caderno de Encargos é apresentada uma estimativa do número de pontos de recolha. A entidade adjudicante reserva-se o direito de definir anualmente novos pontos de recolha de Biorresíduos, informando o Adjudicatário a identificação dos novos pontos de recolha.
- d) Os produtores identificados neste Caderno de Encargos são: Estabelecimentos escolares, IPSS's, Estabelecimentos de restauração e Hotelaria, Frutarias, Floristas e Mercados.
- e) A recolha dos biorresíduos contempla os seguintes sistemas:
- i) Recolha porta-a-porta em contentor individual de 90 e/ou 120 litros localizados na via pública, em áreas ou compartimentos coletivos de resíduos urbanos;
3. Caso o contentor tenha um saco ou outro material contaminante no seu interior este deverá ser retirado de forma a não contaminar toda a carga de resíduos orgânicos.

Artigo 23.º - Recolha de Resíduos Volumosos, Montureiras e RCD

1. A prestação de serviços de recolha e transporte a destino final dos Resíduos Volumosos, Montureiras ou RCD será realizada por prévia marcação, a pedido dos munícipes, na via pública e em toda a área do concelho de Caminha.
2. A recolha, encaminhamento de Resíduos Volumosos, Montureiras ou RCD poderá ser realizado por solicitação da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário deverá disponibilizar portal Web, APP (android e IOS) de marcação e linha telefónica para agendamento das operações de recolha por parte dos interessados.

4. O adjudicatário deverá apresentar um estudo pormenorizado no qual sejam esquematizados de forma clara os circuitos, horários, itinerários, meios humanos e materiais;
5. No início do ano civil o adjudicatário deverá entregar para aprovação à entidade adjudicante o Plano de recolha e transporte a destino final dos Resíduos Volumosos, Resíduos Verdes ou RCD (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
6. É responsabilidade do Adjudicatário proceder à recolha e transporte de todos os resíduos urbanos designados genericamente por resíduos volumosos, provenientes de particulares, do comércio, indústria e serviços, tais como, equipamentos elétricos e eletrónicos e outros resíduos que, dadas as suas características ou volume, não possam ser depositados nos ecopontos nem nos contentores para resíduos indiferenciados.
7. É responsabilidade do Adjudicatário proceder à recolha de resíduos de construção e demolição resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações, pelo proprietário ou arrendatário, e da responsabilidade do município.
8. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é também da responsabilidade do Adjudicatário a recolha dos resíduos, a que se refere a presente cláusula, depositados na via pública e/ou junto a quaisquer equipamentos para recolha de resíduos;
9. A recolha deste tipo de resíduos deverá ser programada, de forma a ser possível determinar, com rigor, as pesagens dos resíduos verdes.
10. Todas as remoções deverão ocorrer após aprovação da Entidade Adjudicante e serem acompanhadas do pedido de recolha;
11. Após a recolha, o Adjudicatário deverá registar, no pedido indicado no número anterior, a data e hora da recolha, o qual deverá ser assinado pelo interessado, para ser remetido à Entidade Adjudicante;
12. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é também da responsabilidade do Adjudicatário a recolha dos resíduos, a que se refere a presente cláusula, depositados na via pública e ou junto a quaisquer equipamentos para recolha de resíduos.
13. Sem prejuízo dos relatórios mensais a apresentar pelo Adjudicatário, deverá o mesmo elaborar e manter atualizados ficheiros informatizados sobre as quantidades mensais de resíduos recolhidos e transportados e respetivos locais de recolha (monstros, resíduos elétricos e eletrónicos e resíduos verdes, e RCD), e enviar os respectivos relatórios à entidade adjudicante.

14. Sempre que os resíduos a remover se encontrem agregados com outros, passíveis de reciclagem, deve o Adjudicatário proceder à sua devida separação de forma a serem encaminhados para reciclagem, conforme cada fileira de material aceite na VALORMINHO.
15. Os dados estatísticos referidos no número anterior serão fornecidos à Entidade Adjudicante sempre que solicitados.

Artigo 25.º - Fornecimento de contentores

1. Os contentores de 90 l / 120l para aplicar na recolha seletiva de biorresíduos serão para fornecer nos primeiros trinta dias do prazo do contrato.
2. O Adjudicatário deverá apresentar 3 meses após a assinatura do contrato, um estudo pormenorizado e georreferenciado no qual figurará o número dos contentores existentes, de 800 l e 1000 l / 1100 l a substituir ou a reforçar.
3. Qualquer alteração ao parque de contentores será sempre efetuada com a concordância da entidade adjudicante ou por determinação desta.
4. O adjudicatário obriga-se a manter os contentores em perfeito estado de conservação, funcionamento, higiene e segurança, procedendo à sua reparação ou substituição sempre que necessário, em toda a área do Concelho de Caminha.
5. As características dos contentores a colocar (cor, material, características geométricas) devem ser previamente aprovadas pela entidade adjudicante de forma a uniformizar este tipo de equipamento.
6. Os preços unitários apresentados para o fornecimento destinam-se à aquisição de contentores para substituição dos atualmente existentes ou para fazer face à necessidade de aumentar o parque de contentores.

Artigo 26.º - Manutenção e lavagem de contentores

1. O adjudicatário obriga-se a manter os contentores em perfeito estado de funcionamento e com bom aspeto, procedendo à sua reparação ou substituição sempre que necessário, em toda a área do concelho de Caminha.

2. O adjudicatário obriga-se a proceder à lavagem e desinfeção de todos os contentores, seis vezes por ano, nos meses de Março/Abril, Maio/Junho, Julho, Agosto, Outubro e Dezembro, em datas a acordar com a entidade adjudicante.
3. A lavagem e desinfeção de contentores deverão ser realizadas com produtos apropriados e livres de maus cheiros.
4. A lavagem e desinfeção deverá ser feita na via pública e executada por viatura mecânica lava-contentores apropriada, em bom estado de funcionamento, utilização e apresentação, com funcionamento silencioso e não poluente. Não são permitidas escorrências/derrames para a via pública;
 - a) A água utilizada para a lavagem dos contentores é da responsabilidade do adjudicatário;
 - b) A descarga das águas residuais provenientes das operações de lavagem será efetuada nas ETAR's de Vilarelho e Gelfa no concelho de Caminha. Todos os custos inerentes às descargas serão da responsabilidade do adjudicatário.
 - c) A zona onde estão instalados os contentores deverá ser lavada e limpa, incluindo num a área envolvente com buffer de 2 m à volta do contentor;
5. O adjudicatário estabelecerá e manterá actualizado um ficheiro informatizado no qual constarão os locais de instalação do equipamento, o tipo de equipamento, as substituições efetuadas, quantidades e frequência de resíduos recolhidos, e outros elementos considerados convenientes para uma correta exploração do sistema.
6. Para cada local de instalação de contentores, o ficheiro deverá ter registados:
 - a) a data de instalação, a denominação do edifício, e morada com o número de polícia e nome da rua;
 - b) a quantidade de recipientes por tipo, total instalados, características técnicas e historial dos recipientes.
7. Os dados acima mencionados serão comunicados mensalmente entidade adjudicante ou equiparada e sempre que estes forem solicitados. No final da Prestação de Serviços o adjudicatário entregará o ficheiro à entidade adjudicante.

Artigo 27.º - Limpeza urbana

1. A limpeza e varredura dos arruamentos, passeios, esplanadas e outros espaços públicos deverá ser realizada de forma a que se mantenham permanentemente limpos e convenientemente lavados, nas seguintes zonas urbanas afetas ao presente processo:
 - a) Âncora;
 - b) Caminha;
 - c) Lanhelas;
 - d) Moledo;
 - e) Seixas;
 - f) Vila Praia de Âncora;
 - g) Vilar de Mouros.
2. No início do ano civil o adjudicatário deverá entregar para aprovação à entidade adjudicante:
 - a) Plano de varredura das vias e praças municipais (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
 - b) Plano de lavagem das vias e praças públicas (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
 - c) Plano de lavagem das papeleiras (papeleiras de deposição de resíduos urbanos e papeleiras com dispensadores de dejetos de caninos) (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
 - d) Plano de limpeza e desobstrução das grelhas, bermas, sarjetas e outros sistemas de drenagem de águas pluviais, designadamente, sumidouros e bocas de lobo (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
 - e) Plano de limpeza das caldeiras das árvores; (incluindo periodicidade, horários e circuitos)
 - f) Plano de limpeza do recinto das duas feiras municipais (Caminha e V.P.Âncora) (incluindo periodicidade, horários e circuitos). A área a limpar das feiras semanais deverá incluir área envolvente com buffer de 50m ao seu redor;
 - g) Plano de corte de vegetação (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
3. Os arruamentos e respetivas frequências de limpeza de cada umas das zonas acima discriminadas podem ser identificadas nas plantas anexas a este processo.
4. Os horários e itinerários da limpeza, varredura e lavagem, bem como eventuais alterações, deverão ser propostas pelo adjudicatário e submetidas à aprovação da chefia da respetiva divisão municipal ou equiparada.
5. É responsabilidade do Adjudicatário proceder à varredura manual e/ou mecânica de toda a faixa de circulação de viaturas automóveis (faixas de rodagem), triângulos, rotundas, passeios, faixas

- pedonais, zonas de estacionamento, escadas, praças públicas, bermas, valetas e espaços ajardinados (relvados, canteiros).
6. A varredura das vias e praças municipais inclui a desobstrução de grelhas, bermas, sarjetas, e outros sistemas de drenagem de águas pluviais.
 7. A varredura deverá ser efetuada por meios manuais e mecânicos, tendo as viaturas as seguintes características:
 - a) O equipamento afeto à varredura mecânica, como varredoras-aspiradoras, deverão estar em bom estado de funcionamento, utilização e apresentação e ter um funcionamento silencioso e não poluente;
 - b) As viaturas varredoras-aspiradoras deverão ter luz rotativa amarela para assinalar a sua marcha;
 - c) As viaturas e equipamento de apoio à varredura manual e mecânica devem manter-se em bom estado de conservação, com bom aspeto e isento de maus cheiros, devendo ser sujeitas a assistência mecânica adequada e serem devidamente lavadas e desinfetadas após cada dia de utilização.
 8. As equipas de varredura manual e mecânica deverão apresentar-se ao trabalho com vestuário adequado, respeitando as normas de segurança e higiene no trabalho.
 9. Os resíduos recolhidos no âmbito da limpeza urbana deverão ser transportados para o destino final previsto neste caderno de encargos.
 10. É responsabilidade do Adjudicatário proceder à lavagem das vias e praças públicas, delimitadas nos mapas Anexos, deste caderno de encargos.
 11. A lavagem dos espaços referidos na alínea anterior deverá ser realizada com recurso a viatura apropriada para lavagem mecânica, dotada de uma cuba de água e sistema de lavagem de alta pressão.
 12. O Adjudicatário obriga-se a assegurar um serviço de piquete no Âmbito do objeto do contrato em caso de situações excecionais para lavagem imediata dos espaços públicos, sempre que se afigurar necessário, designadamente por ocorrência de derrame de óleos ou outros líquidos que possam pôr em risco a circulação rodoviária e pedonal.
 13. É da responsabilidade e encargo do Adjudicatário assegurar o fornecimento de água e utilização dos produtos adequados à lavagem dos espaços públicos:

- a) Lavagem de pavimentos - A lavagem em zonas pedonais, com água com pressão suficiente para desincrustar resíduos, seguida de aspiração ou recolha dos mesmos, de modo a não obstruir sarjetas e sumidouros;
 - b) Lavagem de vias - Lavagem de arruamentos através de meios mecânicos, com água com pressão suficiente para remover resíduos, óleos e inertes;
 - c) Limpeza de sumidouros ou sarjetas - As sarjetas deverão ser mantidas devidamente desobstruídas. Remoção de inertes e resíduos acumulados nas caixas de areia ou sifões, podendo ser realizada manualmente e/ou através de meios mecânicos, devendo, para o efeito, proceder à remoção e limpeza das grelhas
14. A limpeza das caldeiras de árvores e remoção de vegetação infestante está incluída no serviço de limpeza urbana e na área definida nos mapas em Anexo.
15. A recolha de resíduos de papelarias está incluída no serviço de limpeza urbana e na área definida nos mapas em Anexo.
16. A entidade adjudicante fornecerá sacos para dejetos caninos a repor, devendo o adjudicatário coloca-los nas respetivas papelarias/contentores, sempre que as mesmas sejam dotadas desta valência.
17. A Praça Conselheiro Silva Torres e a rua Ricardo Joaquim de Sousa em Caminha, a Praça da República, rua Cândido dos Reis, a Av. Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora, Av. 25 de Abril em Moledo, no período de época alta serão objeto de limpeza urbana com frequência bi-diária;
18. Corte e remoção da vegetação urbana
- a) É responsabilidade do Adjudicatário proceder ao corte e remoção de vegetação por via mecânica, manual ou outro meio legalmente adequado das vias e praças públicas, em conformidade com os Planos de Trabalho, apresentado pelo Adjudicatário.
 - b) Nas operações de corte e remoção deverá ser preservada a vegetação considerada de interesse pela Entidade Adjudicante.
 - c) O corte e remoção das infestantes deverá ser realizada sempre que tal seja necessário, de forma a assegurar a ausência das mesmas nos locais
 - d) O recurso a fitofarmacêuticos é estritamente proibido, tendo em vista a defesa do meio ambiente.

Artigo 28.º - Corte e remoção da vegetação EN13

Entre o km 82,300 e o Km 84+388 (cuja coordenada, no sistema ETRS89, são respetivamente: - 60.068, 237.910 e -61.173, 239.621) e entre o km 84+536 e o km 91,595 (cuja coordenada, no sistema ETRS89, são respetivamente: -61.212, 239.725 e -58.320, 245.638), na extensão total de 9,208 km, dever-se-à proceder ao corte e remoção da vegetação, em ambas as sentidos de circulação, nas bermas, nos separadores, cruzamentos, entroncamentos, valetas, passeios, nos limites físicos definidos e balizados pelos marcos existentes. Na ausência de marcos, os limites serão estabelecidos pelas cristas/sopés dos taludes e as valetas/bermas da EN13.

1. No início do ano civil o adjudicatário deverá entregar para aprovação à entidade adjudicante o Plano de corte e remoção da EN13 (incluindo periodicidade, horários e circuitos);
2. É responsabilidade do Adjudicatário proceder ao corte e remoção de vegetação por via mecânica, manual ou outro meio legalmente adequado, em conformidade com os Planos de Trabalho, apresentado pelo Adjudicatário.
3. Nas operações de corte e remoção deverá ser preservada a vegetação considerada de interesse pela Entidade Adjudicante.
4. O corte e remoção das infestantes deverá ser realizada sempre que tal seja necessário, de forma a assegurar a ausência das mesmas nos locais;
5. O recurso a fitofarmacêuticos é estritamente proibido, tendo em vista a defesa do meio ambiente.
6. Serão efetuados 3 cortes/ano.
7. O adjudicatário deverá também proceder à limpeza e desobstrução dos aquedutos existentes nesta via sempre que proceder aos cortes.

Artigo 29.º - Limpeza manual e mecânica de praias

1. As praias objeto de limpeza manual e mecânicas são identificadas nas plantas anexas a este processo.
2. O adjudicatário deverá promover a limpeza geral dos areais das seguintes praias existentes:
 - Na orla costeira de Caminha:
 - i) Foz do Minho;
 - ii) Moledo;
 - iii) Vila Praia de Âncora;
 - iv) Âncora;

- Fluviais:
 - i) Seixas - Pedras Ruivas;
 - ii) Vilar de Mouros – Azenhas.
- 3. A profundidade mínima de crivagem mecânica do areal é de 20cm.
- 4. Com uma antecedência de uma semana em relação à data de início da época balnear de cada ano, o qual na presente data está definido como sendo o dia 15 de Junho, deverá o adjudicatário ter já concluído a limpeza de fundo, deixando os areais completamente limpos e asseados.
- 5. O adjudicatário deverá apresentar até final do mês de Maio de cada ano o cronograma de trabalhos de limpeza de praias, de forma a permitir à Entidade Adjudicante poder enviá-lo à Capitania do Porto de Caminha e outras entidades com competência na área.
- 6. Entre 15 de Junho e 15 de Setembro de cada ano deverá o adjudicatário manter diariamente limpos e asseados os areais das praias objeto deste procedimento.
- 7. Os resíduos recolhidos no âmbito da limpeza manual e mecânica deverão ser transportados para o destino final previsto neste caderno de encargos.

Artigo 30º - Programa de trabalhos

1. O Programa de Trabalhos deverá apresentar os seguintes elementos:
 - a) Estudo pormenorizado dos circuitos de recolha de resíduos urbanos e biorresíduos, exceto aqueles provenientes de situações definidas no artigo 19.º das cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos;
 - b) Estudo pormenorizado das viaturas e equipamentos utilizados para realização da Prestação de Serviços;
 - c) Estudo pormenorizado do pessoal a utilizar para cumprimento da Prestação de Serviços;
 - d) Definir, com precisão, as datas de início e de conclusão dos trabalhos adstritos à Prestação de Serviços, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas no presente Caderno de Encargos e a unidade de tempo que serve de base à programação;
 - e) Indicar as quantidades e qualidades profissionais de mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da Prestação de Serviços;

- f) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não neste Caderno de Encargos, que serão mobilizados para a realização da Prestação de Serviços.
2. Modificação do Plano de Trabalhos:
- a) O Adjudicatário pode, em qualquer momento, propor modificações ao plano de trabalhos ou apresentar outro para substituir o vigente, justificando a sua proposta, devendo a modificação ou o novo plano ser aceites expressamente pela Câmara Municipal de Caminha, desde que deles não resulte prejuízo para o cumprimento da Concessão de Serviços nos devidos termos deste Caderno de Encargos ou legislação em vigor.
- b) Sempre que se altere o plano de trabalhos, deverá ser feito o consequente ajustamento do plano de pagamentos.

Artigo 31.º - Atualização dos preços unitários

Os preços apresentados serão revistos no mês de Janeiro de cada ano e evoluirão em função do índice de inflação registado no ano anterior e divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística. No caso de se verificar deflação, deverá aplicar-se o valor da mesma.

Artigo 32.º - Pessoal

1. Deverá ser apresentada pelo adjudicatário lista do pessoal que estará afeto à prestação dos serviços de recolha e transporte de resíduos, à lavagem e manutenção de contentores, bem como à limpeza urbana e limpeza de praias, nomeadamente quantificação e qualificação. Deverá também ser apresentada relação do pessoal de gestão, englobando esta a coordenação e supervisão, serviços administrativos e oficinais.
2. O pessoal afeto à prestação de serviços, que realiza o seu trabalho na via pública, incluindo os condutores dos veículos, deve estar convenientemente fardado e dotado de meios de proteção individual em conformidade com a legislação de Higiene e Segurança no Trabalho, tudo a suportar pelo adjudicatário.
3. As fardas serão no mínimo quatro, duas a distribuir no início do Verão, outras a distribuir no início do Inverno. Em dias de chuva serão complementadas com um impermeável de cor visível e levarão um dístico referente ao serviço.

4. O Adjudicatário deverá submeter à aprovação da Entidade Adjudicante, nomeadamente, à Câmara Municipal de Caminha, o tipo e cores da farda a utilizar, assim como, os cartões de identificação do pessoal.
5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da prestação de serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
6. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições e normas em vigor sobre acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
7. O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a higiene e a segurança do pessoal afeto à prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça em consequência de acidentes de trabalho.

Artigo 33º - Equipamentos e veículos

1. Os concorrentes deverão apresentar nas suas propostas, todo o equipamento que pretendam adquirir para a prestação de serviços, nomeadamente veículos e contentores, com especificação da quantidade e características de todos os elementos, assim como catálogos.
2. Ao concorrente cabe a responsabilidade de disponibilizar (sem qualquer encargo para a entidade adjudicante) as viaturas necessárias para a recolha e transporte de Resíduos urbanos e Biorresíduos.
3. O Adjudicatário é obrigado a proceder diariamente à limpeza dos camiões e outros equipamentos de transporte de resíduos.
4. Todas as viaturas, máquinas e equipamentos, deverão circular em perfeito estado de conservação, pintados e devidamente identificados com o logótipo do Adjudicatário e da Câmara Municipal de Caminha, nas portas ou em sítio visível, devendo ser utilizados única e exclusivamente para a realização dos trabalhos desta prestação de serviços.
5. Todas as viaturas, máquinas, equipamentos e ferramentas, devem estar em perfeitas condições de funcionamento, quer mecanicamente, quer a nível de pintura, sinalização e sistemas de segurança.
6. Os veículos serão especialmente concebidos para as funções a realizar e adaptados às características das zonas onde deverão circular, para que se consiga o máximo de rendimento e de abrangência geográfica (toda a área do concelho de Caminha).

7. O Adjudicatário deverá ter os veículos necessários de reserva, com o objetivo de prever qualquer contingência ou avaria que possa impedir o normal funcionamento dos serviços.
8. Os concorrentes definirão os cuidados e normas a observar no manuseamento dos contentores. Será indicado pelo concorrente os tipos e capacidades dos recipientes de deposição de resíduos, local da sua permanência, tipo de resguardo e horários de colocação na via pública.

Artigo 34.º - Relatórios

1. O adjudicatário deverá apresentar os seguintes relatórios, durante o período em que estiver em vigor o contrato:
 - 1.1. Relatório diário de todas as anomalias detetadas, incluindo, designadamente, o seguinte:
 - i. Resíduos não recolhido e motivos;
 - ii. Pesagem de resíduos recolhido;
 - iii. Comunicação de descargas clandestinas de resíduos na via pública;
 - iv. Comunicação de resíduos comerciais e industriais indevidamente colocadas na via pública.
 - 1.2. Relatório mensal deverá incluir, relativamente a cada um dos tipos de trabalho:
 - i. Os dados referentes às quantidades para faturação;
 - ii. A designação de funcionários;
 - iii. As viaturas e equipamentos utilizados.
 - 1.3. Relatórios Anuais
 - i. Resumo da atividade desenvolvida durante o ano;
 - ii. Pagamentos efetuados pela Câmara Municipal de Caminha;
 - iii. Previsão da atividade a desenvolver no ano seguinte.
 - 1.4. Dados exigidos e a enviar para a entidade reguladora ERSAR

Artigo 35.º - Informação e sensibilização da população

1. O Adjudicatário deve organizar e executar campanhas de sensibilização e informação da população no âmbito desta prestação de serviços.

2. Estas campanhas devem incidir nos agentes económicos, tais como estabelecimentos de restauração e bebida, estabelecimentos comerciais e serviços, Instituições Particulares de Solidariedade Social, juntas de freguesia, entre outros.
3. As campanhas , bem como todo o seu conteúdo, devem ser sujeitas a prévia aprovação da Entidade Adjudicante.
4. No último trimestre de cada ano da prestação de serviços, deve o Adjudicatário reunir com os serviços municipais, no sentido de delinear o projeto para a execução das campanhas de educação e sensibilização ambiental a desenvolver no ano seguinte.

Artigo 36.º - Sanções

5. À Câmara Municipal de Caminha cabe o direito de impor à adjudicatária o pagamento de indemnizações, com base no levantamento de autos de Fiscalização, nos casos de deficiência de funcionamento, salvo em casos de força maior devidamente justificados.
6. Montante das sanções:
 - i. € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) por cada dia em que os circuitos de recolha não sejam totalmente efetuados;
 - ii. € 500,00 (quinhentos euros), por cada dia em que se verifique não estarem a ser sistematicamente cumpridas as boas normas de segurança e salubridade na recolha e transporte dos RU a destino final assim como na limpeza urbana.

**ANEXO VI - Eventos**

Ref.^a	Designação	Mês de Ocorrência
1	Concerto de Passagem de Ano	dezembro
2	Desfile de Carnaval Noturno	fevereiro ou março
3	Desfile de Carnaval das Escolas - Caminha e Vila Praia de Âncora	fevereiro ou março
4	Maior Mesa de Páscoa	sábado de Páscoa
5	Vila Praia em Flor	abril
6	Triatlo Longo de Caminha	maio
7	Solenidade do Corpo de Deus	Dia de Corpo de Deus
8	Meia Maratona Sunset de Caminha	junho
9	Artbeerfest	julho
10	“Caminha Medieval” - Feira Medieval	julho
11	Sonic Blast	agosto
12	Festival de Vilar de Mouros	agosto
13	Festa de Nossa Senhora da Bonança	setembro
14	Trail da Serra d’Arga	setembro/outubro
15	Romaria de São João de Arga	agosto

**ANEXO VII – Estabelecimentos produtores de Biorresíduos (orgânicos)**

Produtores de Biorresíduos	Comércios e Serviços (un)	Contentor 90 l (un)	Contentor 120l (un)
Estabelecimentos escolares, IPSS's, Estabelecimentos de restauração e Hotelaria, Frutarias, Floristas e Mercados.			
Recolha porta-a-porta em contentor individual de 90, 120 litros	100	70	30

ANEXO VIII – Características dos contentores a fornecer

CONTENTORES DE CARGA TRASEIRA 120lts.

Qualidade de referência – Modelo Contenur ou equivalente

Capacidade	120l
Carga Nominal	48 Kg
Diâmetro das Rodas	200 mm

CARACTERÍSTICAS

- Fabricados através do sistema de injeção com polietileno de alta densidade colorido em massa e estabilizado contra a ação combinada da água e dos raios UV.
- A produção utiliza materiais recicláveis que não prejudicam o ambiente.
- Os pigmentos utilizados não contêm metais pesados.

CERTIFICAÇÃO

- Marcação CE com indicação do nível sonoro de acordo com a diretiva 2000/14/CE do Parlamento Europeu. 79 db.
- Certificado de homologação do produto emitido pela entidade TÜV Product Service GmbH de acordo com a norma europeia EN 840: 2020.

EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS

- Estes contentores foram projetados para facilitar o empilhamento, o que otimiza a logística e contribui para reduzir as emissões de CO₂ no transporte.
- Contentores personalizados para cada tipo de recolha de resíduos: papel e cartão, vidro, plásticos, resíduos orgânicos, etc.
- Sistemas de elevação segundo as normas DIN.

- Compartimento para a instalação de chips eletrónicos.
- O design do contentor inclui um sistema de isolamento acústico exclusivo com bestas que reduz a pegada sonora.
- Rodas projetadas para evitar a aderência da sujidade e para facilitar a limpeza.
- Possibilidade de personalizar o corpo do contentor com emblemas, logótipos, etc., através do sistema de termoimpressão.
- Personalização do corpo mediante termoimpressão; dimensão máxima de 260 mm x 260 mm.
- Personalização da tampa com termoimpressão, área 230 mm x 45 mm
- P possibilidade de personalizar a tampa através de uma pega integrada, dimensão máxima 340 mm x 220 mm.

CONTENTORES DE CARGA TRASEIRA 90lts.

Qualidade de referência – Modelo Contenur ou equivalente

Capacidade	90l
Carga Nominal	36 Kg
Diâmetro das Rodas	200 mm

CARACTERÍSTICAS

- Fabricados através do sistema de injeção com polietileno de alta densidade colorido em massa e estabilizado contra a ação combinada da água e dos raios UV.
- A produção utiliza materiais recicláveis que não prejudicam o ambiente.
- Os pigmentos utilizados não contêm metais pesados.

CERTIFICAÇÃO

- Marcação CE com indicação do nível sonoro de acordo com a diretiva 2000/14/CE do Parlamento Europeu. 80 db.

EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS

- Estes contentores foram projetados para facilitar o empilhamento, o que otimiza a logística e contribui para reduzir as emissões de CO2 no transporte.
- Contentores personalizados para cada tipo de recolha de resíduos: papel e cartão, vidro, plásticos, resíduos orgânicos, etc.
- Sistemas de elevação segundo as normas DIN.
- Compartimento para a instalação de chips eletrónicos.
- O design do contentor inclui um sistema de isolamento acústico exclusivo com bestas que reduz a pegada sonora.
- Rodas projetadas para evitar a aderência da sujidade e para facilitar a limpeza.
- Possibilidade de personalizar o corpo do contentor com emblemas, logótipos, etc., através do sistema de termoimpressão.
- Personalização do corpo mediante termoimpressão; dimensão máxima de 280 mm x 290 mm.
- Personalização da tampa com termoimpressão, área 230 mm x 45 mm

ANEXO IX – Resíduos Volumosos/ Resíduos Verdes/ RCD

Grandes produtores (Resíduos Volumosos / Verdes / RCD)	Contentor (un)
Caminha Matriz	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Vila Praia de Ancora	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Arga de Cima	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Arga de Baixo	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Arga de S.João	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Dem	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Gondar	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Orbacém	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Riba de Âncora	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Vile Âncora	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Vila Praia de Ancora	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Moledo	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Cristelo	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Vilarelho	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Argela	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Venade	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Vilar de Mouros	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Azevedo	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Lanhelas	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l
Seixas	3 conjuntos de 3 contentores de 1100 l

Grandes produtores (RCD)	Quantidade (ton)
RCD- Recolha e transporte a tratamento (LER 17 01 07; LER 17 09 04; LER 17 08 02)	56,00

ANEXO X - Mapas e Plantas disponibilizados

Índice de Plantas

- **Limpeza Urbana**

ÉPOCA ALTA (15 DE JUNHO A 15 DE SETEMBRO)

1. LUA1 – Lan (Freguesia de Lanhelas)
2. LUA2 – Sei (Freguesia de Seixas)
3. LUA3 – CamVil (UF Caminha e Vilarelho)
4. LUA4 – MolCris (UF Moledo e Cristelo)
5. LUA5 – VPA (Freguesia de Vila Praia de Âncora)
6. LUA6 – Anc (Freguesia de Âncora)
7. LUA7 – VMmou (Freguesia de Vilar de Mouros)

ÉPOCA BAIXA (16 DE SETEMBRO A 14 DE JUNHO)

8. LUB1 – Lan (Freguesia de Seixas)
9. LUB2 – Sei (Freguesia de Seixas)
10. LUB3 – CamVil (UF Caminha e Vilarelho)
11. LUB4 – MolCris (UF Moledo e Cristelo)
12. LUB5 – VPA (Freguesia de Vila Praia de Âncora)
13. LUB6 – Anc (Freguesia de Âncora)

Feiras e Mercados

14. FM1 – Caminha (Feiras em Caminha)
15. FM2 – VPA (Feiras em Vila Praia de Âncora)

Corte e Remoção de Vegetação

16. CRV (EN13)

- **Biorresíduos**

17. BIO (Biorresíduos)

- **Limpeza de Praias**

18. P1 - Praia da Foz do Minho
19. P2 - Praia de Moledo
20. P3 - Praia de Vila Praia de Âncora
21. P4 - Praia do Forte do Cão – Âncora
22. P5 - Praia de Pedras Ruivas – Seixas
23. P6 - Praia das Azenhas – Vilar de Mouros